CADERNO DE EXPERIÊNCIA DE PESQUISAS EM SAÚDE E POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

PARA A PROMOÇÃO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

OBHA
Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares

NEEPES
Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde

FONSAN POTMA

Fundação Oswaldo Cruz.
Rio de Janeiro - RJ, 2022
Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução parcial ou total desta publicação, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens é de suas autoras e autores.
Edição do caderno: Daniela da Silva Egger e Vanessa Cancian Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Caderno de experiências de pesquisa em saúde e povos tradicionais
de matriz africana
[livro eletrônico] : para a promoção de soberania e segurança alimentar e
nutricional /
edição Daniela da Silva Egger e Vanessa Cancian Silva.
-- 1. ed. -- Rio de Janeiro :
Ed. dos Autores, 2022.PDF.

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-52668-4
1. África - Civilização 2. Saúde pública 3. Saúde
- Pesquisa I. Silva, Daniela da Silva Egger e Vanessa Cancian.
22-128109 CDD-362.109

Índices para catálogo sistemático:
1. Saúde pública 362.109
Aline Graziele Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

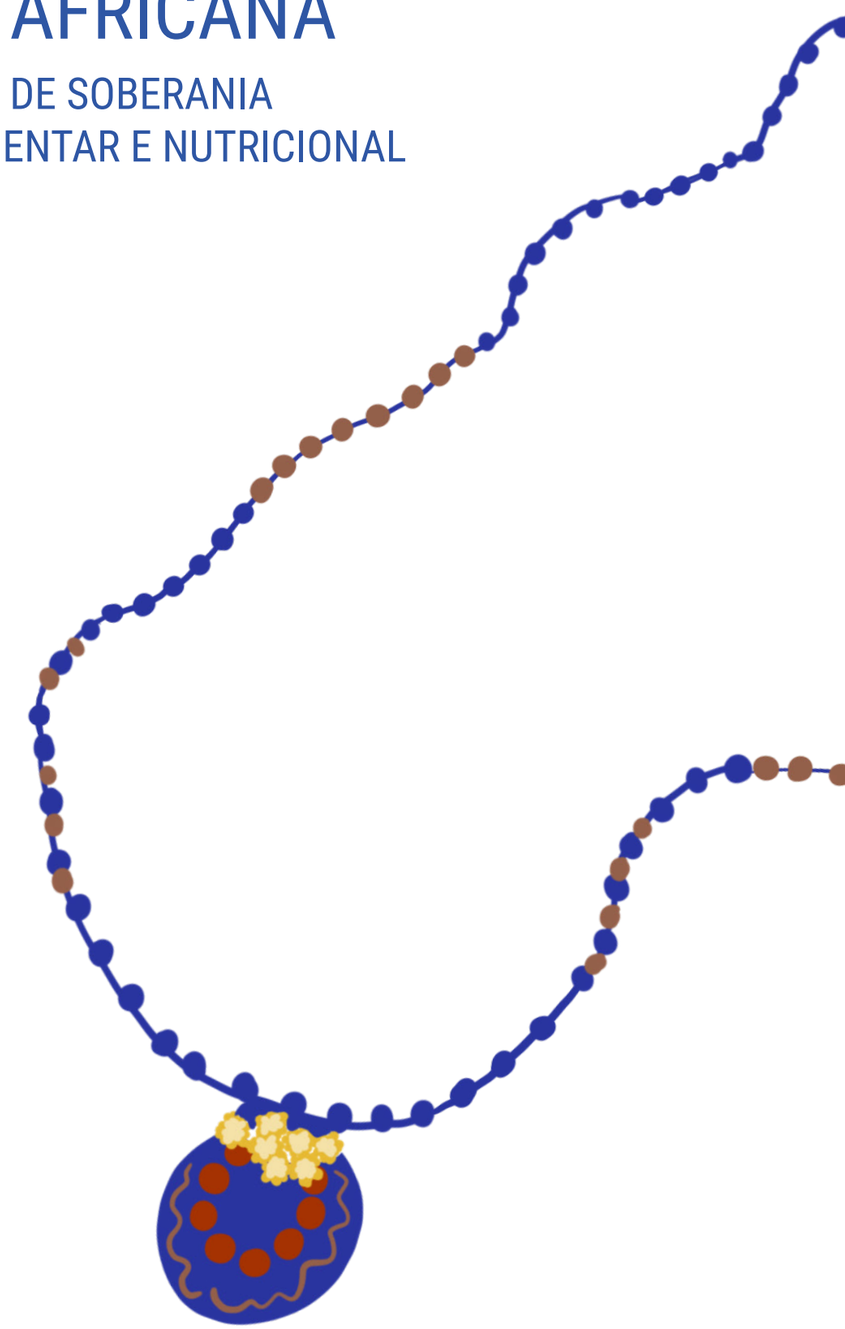
OBHA
Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares

NEEPES
Núcleo Ecologias, Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde

FONSAN POTMA

CADERNO DE EXPERIÊNCIA DE PESQUISAS EM SAÚDE E POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

PARA A PROMOÇÃO DE SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



“Nós só teremos a nossa soberania quando tivermos o nosso território, aquele território que o meu corpo exige: o Sol, a terra, a chuva, a Água, a raiz, a folha, o fruto, a Mata”
Autoridade Tradicional.

Adorei as almas!

Derrama sua benção Preto velho, como derramaste em Jerusalém
Derrama sua benção Preto velho, como derramaste em Jerusalém
Eu te amo tanto como nos antigos tempos
E com seus poderes irei até o fim
Eu te amo tanto como nos antigos tempos
E com seus poderes irei até o fim
Derrama sua benção Preto velho, como derramaste em Jerusalém
Derrama sua benção Preto velho, como derramaste em Jerusalém
Eu te amo tanto como nos antigos tempos
E com seus poderes irei até o fim
Eu te amo tanto como nos antigos tempos
E com seus poderes irei até o fim

"Por que eu vou louvar Preto velho? Porque Preto velho é o senhor que traz em seu ombro, em sua memória, o registro da nossa ancestralidade e de tantos que não conseguiram chegar em nossa terra e tantos que foram lançados ao mar e que não conseguiram chegar em solo brasileiro e muitos que nasceram aqui, mas que sentiram o peso da pancada da mão do branco, mas que nunca esqueceram nem nunca deixaram de louvar sua ancestralidade, porque como diz Pai Joaquim D'Angola e como dizem os nossos anciãos: eles podem tirar tudo de nós, menos a nossa ancestralidade".

Autoridade Tradicional.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (**FIOCRUZ**)

Presidente | Nísia Trindade Lima

Vice Presidente de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde | Patrícia Canto Ribeiro

Coordenação de Ambiente | Guilherme Franco Netto

FÓRUM NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA (**FONSANPOTMA**)

Coordenadora da Comissão de Ancestralidade | Virginia Lunalva Miranda de Sousa *(Ìyá* Nalva de *Òsun*)

Coordenadora Nacional | Regina Barros Goulart Nogueira (Kota Mulanji)

EDIÇÃO DO CADERNO | Daniela da Silva Egger
Vanessa Cancian Silva

Projeto Gráfico | Beatriz Cancian Silva
Ilustração e Painéis | Carolina Antunes

COORDENAÇÃO DO PROJETO | André Campos Búrigo
Daniela da Silva Egger
Edson Augusto Nogueira (Tata Edson)
Juliana Goulart Nogueira (Kitanji)

Gestão | Ana Claudia Pinheiro da Silva
Erica Tatiana Teles Da Silva
Esther Collazos
Gabriela Lobato

CURADORIA DE PESQUISA I Dra Denise Oliveira e Silva

COORDENAÇÃO FRENTE DE PESQUISA EM DIAGNÓSTICO DE SISTEMAS ALIMENTARES |

Camila Carvalho de Souza Amorim Matos
Jose Pedro da Silva Neto
Luana Lazzeri Arantes
Regina Barros Goulart Nogueira (Kota Mulanji)

Equipe | Aisha Angéle Leandro Diéne (Kota Lembamueji)
Caroline de Castro Pires (*Ìyá* Caroline de *Òsun*)
Cleyton Silva de Araújo (Doté Olissassi)
Flávio Henrique de Oliveira Santos (*Ìyàwó* de *Òsun*)
Francisca Luciene da Silva (*Ìyá* Temi de *Oya*)
Helenira Martin Lopes (Helenira de Yemanjá)
Julia de Oliveira Jordao (Oyá Tobi Irè)
Keila Nascimento Rocha (Cigana Topázio)
Kenya de Fatima Oliveira (Nengua Dandalumuenu)
Leonardo Vieira Silva (*Bàbá* Logun Ominsile)
Rebeca Osabunmi de Lima Monteiro (Oṣabunmi)
Regis Moreira Pinto (Tata Kitanji)
Samuel Pedro da Silva (Muzenza Mona Nkosi)
Simone do Socorro Miranda Mendes (*Ìyá Egbé*)
Tiago Alves Ferreira (Mvula Kenan)
Virginia Lunalva Miranda de Sousa Almeida (*Ìyá* Nalva de *Òsun*)

COORDENAÇÃO FRENTE DE PESQUISA MAPA DE CONFLITOS ENVOLVENDO INJUSTIÇAS AMBIENTAIS NO BRASIL |

Diogo Ferreira da Rocha
Marcelo Firpo de Souza Porto
Maria Dolores de Lima e Silva (*Ìyá* Oyaiyele Dolores Lima)

Equipe | Dayse Ellen Gomes de Moura
Luciana De Souza Ramos
Maycon Miguel Vieira da Silva
Priscila Lessa De Mello

COORDENAÇÃO FRENTE DE PESQUISA DOCUMENTÁRIO |

Manoel Domingues (*Bàbá* Odesi)
Marcelo Firpo de Souza Porto
Maria Aparecida da Silva Lessa (Omọbinrin omi Lessa)
Marina Tarnowski Fasanello

Equipe | Alessandra Silva De Oliveira (Alessandra de Xapana)
Ana Carolina Mendonça Pereira
Carlos Augusto da Silva Júnior
Edna dos Santos Andrade (Kota Lembarecimbe)
Gabriel do Amaral Batista
Gustavo Oliveira Fonseca
Herison Pedro Mateus de Souza
Hugo Chaves Monteiro
Isabela de Fátima do Lago Vieira
Janaína Ferreira do Nascimento
Jean Caldovino Mendes (Jean de Oxalá)
Jessica Marcele Gonçalves Alves
Lorena Portela Soares
Luana Gabriela Catarino (Makota Dandakamuxi)
Luis Carlos Fontes De Alencar Filho
Marcos Guilherme Da Costa Reis (Adèolá Marcos de Oxum)
Paula Monte Coutinho De Souza
Philyp Rodrigues (*Bàbá* Phil)
Renata Aguiar Rodrigues
Sarah Esli De Lima Souza
Silvana da Silva Santana De Almeida
Thallyson Rocha
Thayna Brasil Soares Silva (Thay de Obá)
Vladimir Pereira Seixas

CONVIDADOS(AS) À ATIVIDADE DE REFLEXÃO DO SEMINÁRIO |

Carolina Antunes (Facilitação Gráfica);
Claudio P. M. de Oliveira (*Bàbá* Claudio Ty *Òssàálá*) / Cantor e Poeta da banda Negô Zambê;
Dra. Marina Tarnowski Fasanello / NEEPS/ENSP-Fiocruz;
Dya kassembe/ Coletivo de contadoras de Histórias;
Karen Alves Felix dos Santos / Cantora da banda Karen Alves;
Leonardo Lazaro Faislon (OgunFaislon) / Poeta e presidente do Ilê da Oxum Apara;
Professor Dr. Valter do Carmo Cruz / NETAJ / UFF;
Professor Dr. Wanderson Flor do Nascimento (Tata Nkosi Nambá) / UNB;
Professora Dra. Islandia Bezerra / ABA e UFAL;
Vera Beatriz Soares (Iya Vera Soares d'Oyá Ladjá Dirá d'Oby) / câmara técnica de Povos e comunidades tradicionais do CONSEA-RS e coordenação de mulheres do FONSANPOTMA.

Sumário

PREFÁCIO....17
INSTITUCIONAL....21
APRESENTAÇÃO DO PROJETO....23
A SACOLA DE *VÚNJI*....29
1 - DIVERSIDADE DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA....35
2 - TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE - VIDA E MUNDOS....43
Territórios e disputas....47
Unidade tradicional territorial e o corpo-território....49
E o direito ao território?....51
3 - SISTEMAS ALIMENTARES - NOSSO *OKÚTA*....57
O que é comer para os povos de matriz africana....59
Sistemas alimentares coletivos e conexões....60
Conflitos epistemológicos - ameaças e desafios....62
Quem tem fome hoje?....64
4 - POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA E OS DESAFIOS DA SAÚDE COLETIVA....71
Soberania e segurança alimentar:....73
Saúde e os povos tradicionais de matriz africana....75
Reflexões Iniciais: a interface entre saúde e os povos tradicionais de matriz africana 81
CONTO: "A árvore da chuva"....83
GLOSSÁRIO....90
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS....92

Prefácio

As experiências de pesquisas em curso, é pensada de forma a contribuir para que seja possível enfrentar o legado colonial e romper paradigmas impostos aos corpos e coletividades de matriz africana em diáspora no Brasil.

Apresentamos a seguir, as convergências, diálogos e desafios, que são a colheita do Seminário de Integração do projeto que ora apresentamos. O encontro fez parte de um percurso que está sendo traçado pelos povos tradicionais de matriz africana há muitos anos e foi capaz de reunir, junto da Fiocruz, conceitos, epistemologias, trocas e experiências que têm sido desenvolvidas em busca de se contrapor aos processos generalizantes e hegemônicos sobre as culturas e os direitos destes povos.

O Seminário constituiu importante atividade de integração da experiência em pesquisas do Projeto Saúde Coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional feito em interface com grupos de pesquisadores e pesquisadoras da Fiocruz a partir de perspectivas críticas da saúde coletiva, SSAN e ecologia política, bem como com representantes de potmas de diferentes regiões do Brasil organizados no FONSANPOTMA.

Esse encontro, para trazer o encantamento e a materialidade presente nas tradições de matriz africana, foi realizado de maneira virtual devido às restrições de isolamento social impostas pela pandemia de Covid 19. Foi um seminário, que teve uma proposta interativa que chegou a cada uma e a cada um que participou. Ainda que com longas distâncias geográficas, uma *sacola de Vunji* com diversos símbolos sagrados para os povos tradicionais de matriz africana foi enviada diretamente para a casa de todas e todos participantes. Desta forma, puderam receber os mesmos elementos em forma de rito e compreender tudo que foi colocado na sacola como parte de uma construção coletiva que ao mesmo tempo unifica e celebra.

Se você quer se adentrar aqui, se achegue, peça licença e prepare os ouvidos e o coração, porque o assunto é longo e o que não falta são mestras e mestres para nos ensinar. E, como não estamos falando do ocidente e sim de tudo aquilo que faz com que o legado colonial fique cada vez mais longe das nossas existências, o que se sabe sobre saúde, território e sistemas alimentares, aqui, é feito e pensado de outra forma, levando em conta o que devemos aprender com a sabedoria ancestral dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

> ***"E falando de onde eu falo que é dessa visão de mundo de África antes da colonização onde o território era vida, onde a terra que é a sustentação de qualquer vida independente de qualquer conceito, de qualquer sistema, de qualquer sociedade rica, pobre, negra ou branca. É a terra, a grande mãe terra. A grande mãe água. A grande mata. As grandes folhas, as nossas árvores centenárias, as nossas raízes. Todos esses conceitos, esses olhares nos remetem ao território." (Fala de Autoridade Tradicional durante Seminário)***

Pedimos ainda, licença, também para os povos originários desta terra, as aldeias, as irmandades e as memórias indígenas ancestrais que permitiram que a existência enquanto povos de matriz africana tivesse continuidade na terra de *Pindorama*. Uma vez que, foi por meio dessa troca de saberes que as práticas agrícolas, a alimentação, a reza, o ritual e os modos de existir em diáspora tiveram sua continuidade.

Tudo que é tecido por esse grupo de pessoas que envolve os diversos povos de matriz africana no Brasil faz parte de consolidar práticas de descolonização. Pautados pelos sistemas alimentares e compreendendo que alimento é ritual, é conexão, é vida. E, por isso, é também transformação que dialoga diretamente com a saúde coletiva, o território e as territorialidades, que são os eixos que integram a construção desta experiência em pesquisas.

Institucional Fiocruz

Comida, saúde, ancestralidade, soberania e segurança alimentar e nutricional, territórios e sistemas alimentares. Todos esses conceitos se entrelaçam em um cenário de construção coletiva da saúde e da luta pela dignidade e continuidade da cultura africana no Brasil. Narrativas, corpos, memórias e tradições, vividas através das gerações dentro das culturas de Matriz Africana promovem a saúde dos diversos povos.

Desta maneira, comprometida com a promoção da saúde e o desenvolvimento social, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada ao Ministério da Saúde, é uma destacada instituição de ciência e tecnologia em saúde da América Latina, preocupada em produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) que contribuam para a promoção da saúde da população brasileira. Uma instituição pública e estratégica de saúde, reconhecida pela sociedade brasileira e de outros países, de acordo com a sua relevância de atuação para a sociedade, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

Em busca de reafirmar um compromisso com a equidade e diversidade do acesso da promoção da saúde pública no Brasil, a Fiocruz incluiu em sua agenda estratégica a adoção de um programa de combate ao racismo institucional e isso, atualmente, faz parte da pauta da instituição em todos os seus âmbitos. Ficou instituído e reafirmado, em seu Nono (9o) Congresso Interno (2021) que o objetivo da Fiocruz deve estar pautado na busca pela equidade, no combate a todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, geracionais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual. Desenvolver ações que contribuam para "reduzir as desigualdades de gênero e de raça" (Fiocruz, 2022).

Nesse contexto, dentro da Vice Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS), por meio da Agenda de Saúde e Agroecologia, realizou-se uma parceria entre a Fiocruz e o FONSANPOTMA (Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos de Matriz Africana), cujo fruto é o ***Projeto Saúde coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN)".***

Institucional FONSANPOTMA

O FONSANPOTMA – Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana é uma organização autônoma, em que participam autoridades e lideranças tradicionais de matriz africana e se autodeclaram – Bantus, Ewe Fon ou Fon Egbe e ou Yorubas.

A história de iniciação georreferenciada em territórios da diáspora forçada dos africanos mantenedores de princípios como a circularidade, o respeito aos mais velhos e aos mais jovens, a divinização da natureza, hábito alimentar próprio e língua aqui denominadas, Unidade Territorial Tradicional, UTTs e o balizador desta autodeclaração.

O FONSANPOTMA está incluso como um movimento da sociedade civil, do movimento negro, da segurança e soberania alimentar, dos povos e comunidades tradicionais e de outras denominações. Tem como ação a reflexão e a busca pela reparação aos povos originários do continente africano, sequestrados e escravizados, ao crime lesa humanidade conforme Durban que foi a escravidão. Luta por direitos dos seus descendentes na diáspora forçada e o reconhecimento de que os valores e saberes desses povos foram preservados e continuam vivos na atualidade em unidades territoriais tradicionais no povo tradicional de matriz africana

O FONSANPOTMA é um grupo de Caráter Nacional, organizado a partir de estados e municípios, que se soma a outros movimentos e pode articular com instituições juridicamente instituídas através de Carta de Princípios e um regimento interno para efetivação dos seus objetivos. Tem como missão elaborar e promover a construção de políticas públicas que contemplem a soberania alimentar e nutricional dos POTMA. Ao longo da sua trajetória, desenvolveu várias ações em nível nacional, entre as quais merecem destaque:Frente Parlamentar e a Teia Legislativa em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Campanha Tradição Alimenta não Violenta; Campanha Sagradas Mulheres Águas; Sistema Nacional de Desenvolvimento Econômico e Finanças Solidárias (SINDESU); Parceria com instituições públicas para pesquisa, ciência e tecnologia; Participação na elaboração do primeiro e segundo plano nacional para o desenvolvimento dos POTMAS; Proposição da PL 1279/2022 lei makota valdina que instaura o marco legal dos POTMA; Construção e Participação no Conselho Nacional de Segurança e Soberania Alimentar nacional e no RS, em ES, em SP, RN, PA.

Apresentação do projeto

O presente projeto, realizado no contexto de crise sanitária e social intensificadas pela pandemia da COVID-19, teve quase a totalidade de suas atividades, no formato virtual. Composto de três frentes de pesquisa, buscou compreender e desenvolver conhecimentos de relevância a incidência em políticas públicas, tendo em vista, as concepções de saúde, soberania e segurança alimentar e nutricional, conflitos ambientais, metodologias colaborativas, alimento e sistemas alimentares, para os povos tradicionais de matriz africana, a saber:

(i) Frente de pesquisa "Povos Tradicionais de Matriz Africana: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em interface com a Saúde Coletiva", em cooperação com o FONSANPOTMA, coordenado pelo Observatório Brasileiro de Hábitos Alimentares – OBHA/Fiocruz Brasília, cujo objetivo principal foi realizar um diagnóstico-participativo com a intenção de caracterizar sistema(s) alimentar(es) dos povos tradicionais de matriz africana.

Levando em conta a opção por pesquisa participativa e o intuito de construir conhecimentos que subsidiem a elaboração de estratégias para promoção da soberania alimentar e saúde coletiva dos povos tradicionais de matriz africana, foi proposta a metodologia do diagnóstico participativo, e a partir desse método, identificou-se, caracterizou-se e sistematizou-se os sistema(s) alimentar(es) de povos tradicionais de matriz africana e as principais questões que potencializam e que dificultam a promoção da soberania e segurança alimentar e da saúde coletiva desses povos nas unidades territoriais tradicionais (UTT).

O diagnóstico-participativo foi realizado a partir do diálogo com lideranças e autoridades tradicionais de matriz africana de 16 municípios brasileiros com atuação do FONSANPOTMA: Águas Lindas (GO), Paranoá (DF), Planaltina (DF), Belo Horizonte (MG), Contagem (MG), Mateus Leme (MG), Ananindeua (PA), Belém (PA), Duque de Caxias (RJ), Itaboraí (RJ), Rio de Janeiro (RJ), Ceará-Mirim (RN), Natal (RN), Porto Alegre (RS), Viamão (RS) e Pelotas (RS).

Além da diversidade geográfica -- capitais e cidades do interior -- houve de modo equilibrado a representação dos três povos tradicionais

de matriz africana com maior presença no Brasil (bantu, jeje, ioruba), ou seja, também um recorte étnico-cultural. As temáticas que orientaram a pesquisa foram: racismo, saúde coletiva, agroecologia, soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional, sistemas alimentares. Por fim, a pesquisa pretende contribuir na elaboração de estratégias para promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e da saúde desses povos.

A outra Frente de Pesquisa foi **(ii)** "Povos Tradicionais de Matriz Africana e o Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil", cujos objetivos foi aprofundar, a partir do levantamento bibliográfico e discussões conjuntas, os marcos teóricos, conceituais e metodológicos envolvendo lutas territoriais e por saúde de povos e comunidades tradicionais, com foco nos povos tradicionais de matriz africana, a partir dos referenciais do Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.

Ademais, construir, de forma exploratória, alguns casos, escolhidos de forma conjunta entre o Neepes/ENSP/Fiocruz e o FONSANPOTMA, de conflitos ambientais envolvendo unidades territoriais tradicionais no âmbito do Mapa de Conflitos. Os casos explorados foram: (1) A privatização dos Mercadões - Porto Alegre (RS) e Ver-o-Peso (PA); (2) As remoções da Vila Autódromo e da Vila Harmonia (RJ); (3) A violência do Complexo de Israel na Baixada Fluminense (RJ); (4) Soberania alimentar e as oferendas animais (BA e SE) e (5) O rompimento da Barragem de Brumadinho (MG).

Após uma série de reuniões preparatórias realizadas entre fevereiro e abril de 2021, nas quais definiu-se como estratégia metodológica para aprofundamento teórico e empírico dos casos, a realização de dois ciclos de oficinas virtuais entre abril e agosto de 2021. A realização do 2º Ciclo de Oficinas, ocorreu entre maio e agosto de 2021, gerando a elaboração de diversos produtos (gravações audiovisuais, relatorias escritas, fichas de casos para o Mapa de Conflitos e um relatório final explorando a trajetória do processo de pesquisa), todos derivados de ambos os ciclos, os quais atendem ao disposto em ambos os objetivos específicos. Para tanto, requereu-se uma organização diferenciada para que sua metodologia fosse implementada e para assegurar a participação virtual das autoridades tradicionais dos territórios de cada caso selecionados pela equipe. Cada oficina contou com a participação de dois artistas que abrilhantaram os debates com suas artes.

E ainda, a Frente de Pesquisa **(iii)** "Documentário", cujo objetivo é produzir e vincular um vídeo documentário de média metragem com foco sobre a soberania alimentar e nutricional dos povos tradicionais de matriz africana em diálogo com a saúde coletiva e as lutas por direitos, a fim de garanti-la numa conjuntura de racismo e de um histórico de genocídio desses povos. A construção coletiva dos conhecimentos fundados nos diálogos interculturais, aqui entre os povos tradicionais de matriz africana e pesquisadores e pesquisadoras do campo da saúde coletiva. Uma interseção entre conhecimentos científicos sensíveis, com uma arte engajada e conhecimentos e saberes desenvolvidos nas lutas sociais por estes povos.

Nesse sentido, as estratégias políticas e as expressões artísticas se cruzam dentro da luta social, com uma postura ética durante o seu processo de produção enfrentando as narrativas hegemônicas capitalistas e coloniais que são disseminadas pela grande mídia, mas não somente, pois são também disseminadas por uma academia que se diz neutra e objetiva e que muitas vezes está a serviço do capital. O que torna importante a construção de narrativas alternativas, que expressam simultaneamente os sentidos, lutas, conhecimentos e experiências, tanto para os movimentos, quanto para a academia, e quiçá para promover reflexões em outros espaços. Neste contexto o audiovisual entra como estratégia de produção de conhecimento e de visibilidade a tais lutas emancipatórias, através de métodos, que encontram sentido nos modos de produção da vida e cosmovisão, que perpassam a promoção da saúde e a valorização e produção de conhecimentos interligados à saúde.

As Frentes de Pesquisa **(ii** e **iii)** foram desenvolvidas em colaboração entre o Núcleo Ecologias Epistemologias e Promoção Emancipatória da Saúde, Neepes/Fiocruz e o FONSANPOTMA com as bases teórico metodológicas de ambos. A proposta do documentário, enquanto uma metáfora da pesquisa colaborativa, enuncia conhecimentos e imagens a partir de entrevistas, registro de oficinas, bem como de pesquisas desenvolvidas no âmbito da equipe do Neepes em articulação com o FONSANPOTMA. Os temas foram selecionados a partir do diagnóstico e diálogos da equipe do Neepes com artistas/relatores e os coletivos selecionados em unidades territoriais tradicionais de 6 Estados: DF, MG, PA, RJ, RN e RS. São estes saberes ancestrais e diálogos interculturais, oralidade, conflito ambiental, processo de desterritorialização, mercado e alimento "biomítico". Tais temas serão apresentados enquanto narrativas de memória e transformação social na construção de sociedades mais justas, inclusivas e saudáveis, e deverá circular para diferentes públicos: acadêmico (com ênfase na saúde coletiva); movimentos sociais, povos tradicionais de matriz africana, povos e comunidades tradicionais e instituições públicas; e a sociedade como um todo.

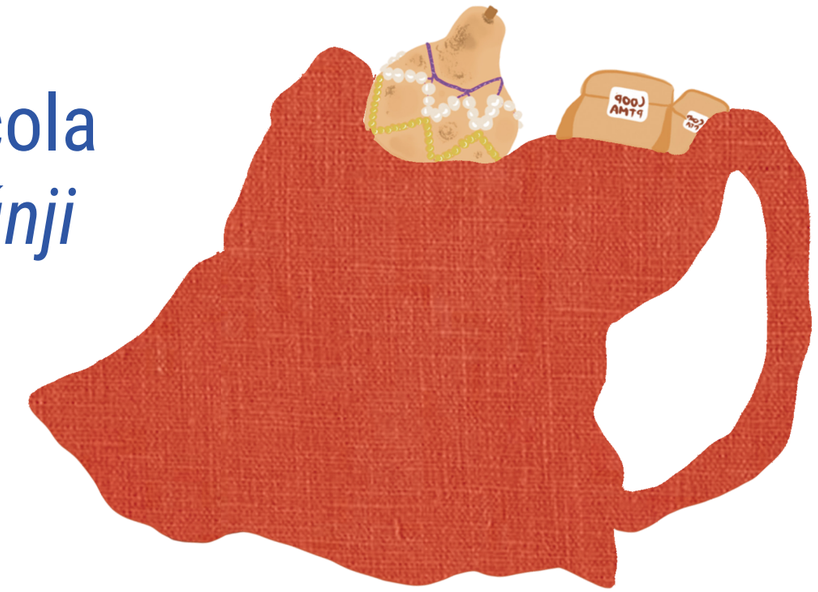
Essas Frentes de Pesquisas, se integram no âmbito do projeto em uma experiência, e tiveram, no Seminário, uma construção coletiva, que buscou construir metodologias e abordagens em torno dos temas território, territorialidade e sistemas alimentares em diálogo com os povos tradicionais de matriz africana. A partir da ideia da produção de conhecimentos que incorporam paradigmas e referenciais voltados a processos emancipatórios, através de metodologias que buscam apoiar diálogos entre a academia e os povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Ademais, buscamos também, garantir os cuidados orientadores deste projeto no impacto nos territórios e assim contribuir para o fortalecimento de atuação em rede e para a geração de ações e construções autônomas na promoção de pesquisas em convergência com saberes científicos acadêmicos e os saberes científicos populares dos povos tradicionais de matriz africana, desde sua interface com os campos da saúde coletiva, da ecologia política, da agroecologia e de SSAN.

Organizado de forma virtual e repartido em três tempos em dias diferentes, o seminário teve seu primeiro tempo realizado no dia 5 agosto, o segundo tempo com encontros entre os dias 10 e 24 de agosto e o terceiro tempo, realizado no dia 7 de outubro, todos os tempos no ano de 2021.

Os tempos, contemplaram uma ampla análise sobre os temas abordados, sobre os processos dentro dos territórios tradicionais e sobre conceitos, metodologias e convergências dos diferentes grupos que participam dessa construção. Também contou com a participação de convidadas e convidados que possuem trajetórias de vida (políticas, acadêmico-científica e artísticas) que caminham em diálogo com os movimentos sociais e com os povos tradicionais de matriz africana.

A sacola de *Vúnji*



O elemento utilizado para conectar os povos tradicionais de matriz africana localizado em diferentes pontos do mapa, junto com pessoas que se somam a essa experiência foi a "A Sacola de Vúnji", que foi toda preparada por lideranças e autoridades tradicionais das cooperativas dos povos tradicionais de matriz africana. Ela foi compartilhada com as(os) 73 participantes do seminário e em cada um desses lugares sua chegada se deu de uma forma. Carregada de objetos considerados sagrados e que possuem representações diversas para esses povos, foi a partir dela que se pensou o momento de avançar em uma cooperação estratégica e que, dentro da sua complexidade, pudesse proporcionar diálogo às interfaces entre saúde coletiva, povos tradicionais de matriz africana e promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Vúnji representa a infância, os nascimentos, as divindades que brincam, correm e se lambuzam em doces deliciosos. Ele também é quem instiga a inquietação para buscar o que há de novo. Dentro dessa sacola, que cada uma e cada um recebeu, há um conjunto de elementos, de sabedoria de elementos ancestrais que vieram de longe e que, ao longo do processo cada um e cada uma pode tirar e colocar novas coisas, vivenciando uma experiência que ao mesmo tempo que é coletiva se individualiza, sendo essa a principal inspiração metodológica do Seminário.

Confira abaixo os elementos que estavam presentes nessa sacola. E você, o que incluiria nela?

Xequerê: instrumento musical formado por uma cabaça revestida por búzios, sementes, miçangões, entre outros materiais. Também chamado de aguê, agbê, kengbe, afoxé. l. É um elemento que para algumas culturas representa a divindade Xapanã, Obaluaiê, Sapatá, Cavungu.

Cocada: representa o doce, a doçura e dentro da tradição de matriz africana representa uma série de divindades dependendo da maneira que ele é aplicada.

Máscara: Elemento utilizado para representar o momento atual, pedindo saúde coletiva, saúde individual, a saúde do nosso ser.

Colar: Também chamado de fio de contas, é nesse elemento que está depositada a nossa fé, a proteção, e o ser.

Incenso: Elemento que dentro da tradição de matriz africana representa representa o fogo - a boa e velha defumação, para atrair boas energias para nossos ambientes e simboliza também o povo originário aqui do Brasil.

Mini peneira de búzios: A peneira representa o primeiro portal de comunicação com a ancestralidade, com o sagrado, e também está aliada a fartura, que representa a riqueza, entendendo que são conchinhas do mar, búzios, uma das primeiras moedas registradas pelo povo.

Bolacha de mel: O mel para os povos tradicionais de matriz africana representa as Yabás e a panela.

Okutá: é um pedaço de pedra que dentro da tradição de matriz africana representa a principal ligação com todo o legado que foi tentado tirar no processo de sequestro dos ancestrais. Essa pedra, representa Orixá, representa Vodum, representa Nkisi.

Ademais, o grupo experimentou, ainda, uma outra proposta por meio da visão de mundo dos povos tradicionais de matriz africana bantu, uma perspectiva que também é praticada pelo FONSANPOTMA, a partir da metodologia ativa chamada de “Bolo bolo”. A “Bolo bolo’’ propõe que as pessoas envolvidas em encontros, seminários ou atividades, sejam o que elas são: seres humanos a partir da sua própria identidade étnica, social, de gênero e econômica, inclusas dentro de uma realidade conhecida e entendida por todos envolvidos e todas envolvidas.

“Vúnji nos rememora que somos seres individualizadas e individualizados e que constituímos um grande ser coletivo, que possui uma consciência coletiva, que retoma se individualizando dentro de cada um e cada uma. Cada ser deste coletivo se constitui e movimenta o ser coletivo pela ação e atitude da curiosidade e da investigação e estão abertas e abertos a apreender tudo que lhes é ensinado. Não se contentando com respostas simplistas sobre suas inquietações. Portanto, trazem consigo a “sacola” do conhecimento, repleta de ensinamentos e aprendizados, desde todos os percursos e vivências. A qual, podemos recorrer sempre que houver necessidade, seja para si para outras e outros ou para o coletivo”.

“Desde quando recebi esse convite me senti muito contemplado, por ser pesquisador em razão do meu povo, eu acho que é sobre isso, ser pesquisador do meu povo para o meu povo”

1 DIVERSIDADE

DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

Os povos tradicionais de matriz africana são muitos, de diferentes origens e influências culturais, se autodeclaram de variadas formas e podem ser aglutinados em três grandes troncos - bantus, jejes, iorubas. A homogeneização das culturas e espiritualidades que integram as diversas matrizes africanas no Brasil é também um projeto colonial que provoca o etnocídio das diversas epistemologias e humanidades que são constituídas por tais povos. Partindo desse princípio, é fundamental para construir uma luta contra hegemônica reconhecer as diferenças e particularidades de cada cultura e a importância da sua continuidade.

No sentido de uma luta que vem sendo construída há séculos e que políticas públicas só passaram a ser efetivamente construídas nas últimas duas décadas, o que aqui se compreende como povos tradicionais de matriz africana se refere aos povos africanos trazidos para esse território e que vieram com suas diversas denominações e variações e se estabeleceram em diferentes pontos do país, tecendo relações e promovendo suas tradições em meio ao ambiente e em diálogo com os povos originários locais e outros povos e comunidades tradicionais.

A definição de povo permite identificar conjuntos de sujeitos(as), sejam eles individuais e coletivos, em uma perspectiva que envolve tanto a história, a cultura quanto às ações políticas desse agrupamento humano, além de sua expressão da vida em contextos diferentes. Trata-se de uma concepção histórica e cultural, portanto, permeada dos sentidos étnicos e geográficos, mas que transcendem esses pela sua característica eminentemente política, aberta, ativa, e dinâmica. (Silva Neto, 2019, p. 93)

Reconhecer a diversidade de cada origem e compreender que há mecanismos e modos de viver e existir que unificam os povos tradicionais de matriz africana faz parte de potencializar a luta pela garantia de direitos essenciais e pelo combate ao racismo e as opressões que todos e todas nós vivemos.

As autoridades tradicionais explicam de forma sensível sobre algo que tange de modo geral e coletivo a experiência e a vivência dos povos e que é sustentada por uma espécie de tríade:

história, memória e ancestralidade; poder, organização e comunidade; existência, vida, resistência e reexistência.

Esta é uma forma que vem sendo discutida dentro dos movimentos sociais dos povos de matriz africana e anti-racistas e que integra o que pode ser chamado de “modo de agir e seguir”, uma vez que a ideia de reexistência, de existir novamente a partir de outros marcos que não aqueles que foram oferecidos nos sistemas coloniais. E, essa tríade se relaciona diretamente com o que foi discutido e pensado no seminário, e que está conectado com a forma de compreender e consolidar os sistemas alimentares e os sistemas territoriais.

Os povos tradicionais de matriz africana vivenciam uma cultura que se transforma e se reinventa sem que deixe suas origens e seus fundamentos. A cultura viva e dinâmica não se prende ao passado, mas constrói um futuro solidificado em raízes profundas como as da árvore de Iroko e Kitembu. E, ainda que diversas, a tradição oral está presente em cada unidade territorial tradicional. A fala, a palavra, a reza, a cantiga, a observação, a escuta, a prática e o constante contato com os mais velhos e mais velhas é o que faz com que seja possível vivenciar e dar continuidade às tradições.

A oralidade e a palavra dita e transmitida é força vital fundamental, uma vez que tudo que é externalizado vem por meio da troca de energia da palavra falada e dos símbolos, magias e ações que impulsionam os povos tradicionais de matriz africana. Esse elemento da palavra, que tentaram silenciar durante o período de escravização e que, resistiu ao tempo e aos sistemas coloniais violentos, se mantém viva dentro de cada um(a). E em cada território tradicional, a forma de se comunicar pode dar-se com base em uma determinada matriz linguística, e a língua, além de ser parte indissociável do corpo, representa um dos principais elementos da identidade de um povo.

Projeto de Saúde coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional

"O SACO DE VUNJI TRAZ ELEMENTOS QUE UNEM TERRITÓRIOS, POVOS E TRADIÇÕES E DIALOGA A LINGUAGEM DO POVO TRADICIONAL DE MATRIZ AFRICANA DE PONTA A PONTA DO NOSSO PAÍS "

Vunji, eu e o coletivo

"EU SOU PORQUE NÓS SOMOS"

"VUNJI NOS REMEMORA QUE SOMOS SERES INDIVIDUALIZADOS E QUE CONSTITUÍMOS UM GRANDE COLETIVO, QUE POSSUI UMA CONSCIÊNCIA COLETIVA, QUE RETOMA SE INDIVIDUALIZANDO DENTRO DE CADA UM E CADA UMA."

"PRETO VELHO É O SENHOR QUE CARREGA EM SEUS OMBROS A MEMÓRIA DE NOSSA ANCESTRALIDADE"

"É PRECISO PENSARMOS JUNTOS. NÃO COMO PARTE DA NATUREZA, MAS COMO NATUREZA EM SI."

"O primeiro território é o nosso corpo"

"É IMPORTANTE SABER QUE NA TRADIÇÃO TUDO COME. O OKUTÁ, O TAMBOR, O CHÃO. TUDO TEM VIDA. NÓS TEMOS UMA NOÇÃO MUITO AMPLIADA DE ALIMENTAÇÃO"

Território como corpo político

"A VIDA CONSTRÓI A TERRITORIEDADE. NÓS SOMOS ESSE TERRITÓRIO AMBULANTE"

"RESPONSABILIDADE COM O TERRITÓRIO E COM OS SISTEMAS ALIMENTARES. RESISTIR AOS SISTEMAS ALIMENTARES HEGEMÔNICOS É RESISTIR À COLONIZAÇÃO"

“Nosso corpo é um território que se mobiliza, que se locomove, que cria e segue a manutenção de uma vida e a vida passa pelo território. A vida constrói a territorialidade e nós somos esse território ambulante. E falando de onde eu falo que é dessa visão de mundo de África antes da colonização onde o território era vida, onde a terra que é a sustentação de qualquer vida”

“ E dentro desse território a partir do meu corpo a partir de todos os corpos, a partir de todos os povos, na nossa visão de mundo é um espaço sagrado. É um território sagrado. Nós somos promotores e resgatamos a cada dia esse direito de estarmos dentro desse território que nos dá saúde, que nos dá o alimento e, portanto, preserva a vida”

2 TERRITÓRIO

E TERRITORIALIDADE - VIDA E MUNDOS

Para reflexões do projeto entre a Fiocruz e FONSANPOTMA, foi construído por povos diversos e as pesquisadoras e pesquisadores da Fiocruz, e possuem pontos de convergência sobre conceitos e epistemologias. E, nesse contexto, recheado assim como a sacola de *Vúnji* que permeou toda a construção do Seminário com suas surpresas, iremos agora buscar compreender o que significa terra, território e territorialidade para a experiência de pesquisas desta cooperação.

Imaginem conceber e ser constituído integralmente com a terra! Isso significa dizer que não há fronteiras ou demarcações que limitem ou que separem o território, o sagrado, a reza, o rito, a vida.

De acordo com a matriz vocabular ioruba, a noção de vida, território ou mundo compreende a mesma palavra definida por AIYÊ. "Aiyê é vida, aiyê é território e aiyê é mundo". E isso conta o modo como os povos tradicionais de matriz africana lidam com essa territorialidade e por que é tão importante pensar a territorialidade para pensar alimentação, para pensar política, pra pensar resistência para mais além de uma relação do território como recurso, como propriedade.

Viver e existir em plenitude só se torna possível para povos tradicionais de matriz africana se houver respeito ao seu território [sabendo-se que essa palavra representa muito mais do que a visão ocidental de território]. Um dos ensinamentos deixados por uma autoridade tradicional durante o encontro, diz sobre o corpo-território:

> ***"O primeiro território nosso é o nosso corpo e ele é seguido da terra onde nós pisamos, da terra e da raiz que nos dá o nosso alimento, é seguido das águas. É seguido da própria humanidade e da própria violência com que somos tratados. A própria sustentabilidade que é negada... A história nos deixa e nos conta todas as perdas que nós tivemos a partir do território".***

Durante essa construção que integra um processo de cooperação,

é possível caminhar mais alguns passos para consolidar os conceitos e conhecimentos que já coabitam as unidades territoriais tradicionais. Diante das diversas contribuições sobre conceitos da história e memória do povo negro, reiterando a necessidade de olhar para as pessoas negras como herdeiras de quilombos.

"Nós viemos de um quilombo, todos nós, porque a nossa história que vem através dos navios negreiros, que vem através daquele sequestro, somos frutos desse sequestro, das nossas antepassadas, dos nossos antepassados. Nós só somos pretos neste país, porque viemos através de um navio negreiro. E esse navio nos botou em terra alheia e nós estamos em busca desse território, que é sagrado para nós. E o nosso corpo é o único território que ainda nos prende à nossa grande mãe África".

Territórios e disputas

"É nesse sentido que o território não é só o controle material do espaço, mas é apropriação simbólica e existencial do espaço. E é nesse sentido que, contemporaneamente, muitos grupos, muitos povos e muitas comunidades começam a falar que é importante o território, o território como base material, como base de memória, como base de cultura, como base de ancestralidade, como base de pertencimento"

Quando se trata de território na cosmovisão ocidental, trata-se de um discurso geopolítico dos atores hegemônicos, dos grupos dominantes, e normalmente por trás disso há uma ideia política muito nítida de dominação e de opressão.

Desta maneira, se pensa em uma geografia que controla o espaço, porque controlar o espaço é controlar os recursos, é controlar a logística, é controlar o poder. Partindo desse olhar, vale reforçar que dentro daquilo que os povos tradicionais de matriz africana buscam para a compreensão de território, espaço e corpo-território, assim, nessa leitura, territorialidade é exatamente contrapor essa lógica de domínio.

O que tem sido falado e relembrado dentro daquilo que tange a cosmovisão do que é o território e do pertencimento desses territórios no sentido ontológico, ou seja, é a própria existência do espaço que permite a existência do ser e vice-versa, evidencia que para além da delimitação

do Estado, os povos e as comunidades tradicionais, pensam, organizam, também atribuem sentidos ao espaço e começam a atribuir diversos sentidos de territorialidade. Se trata da própria sustentação da vida, da cultura, das memórias e das relações sociais e ancestrais estabelecidas em cada espaço-território-mundo.

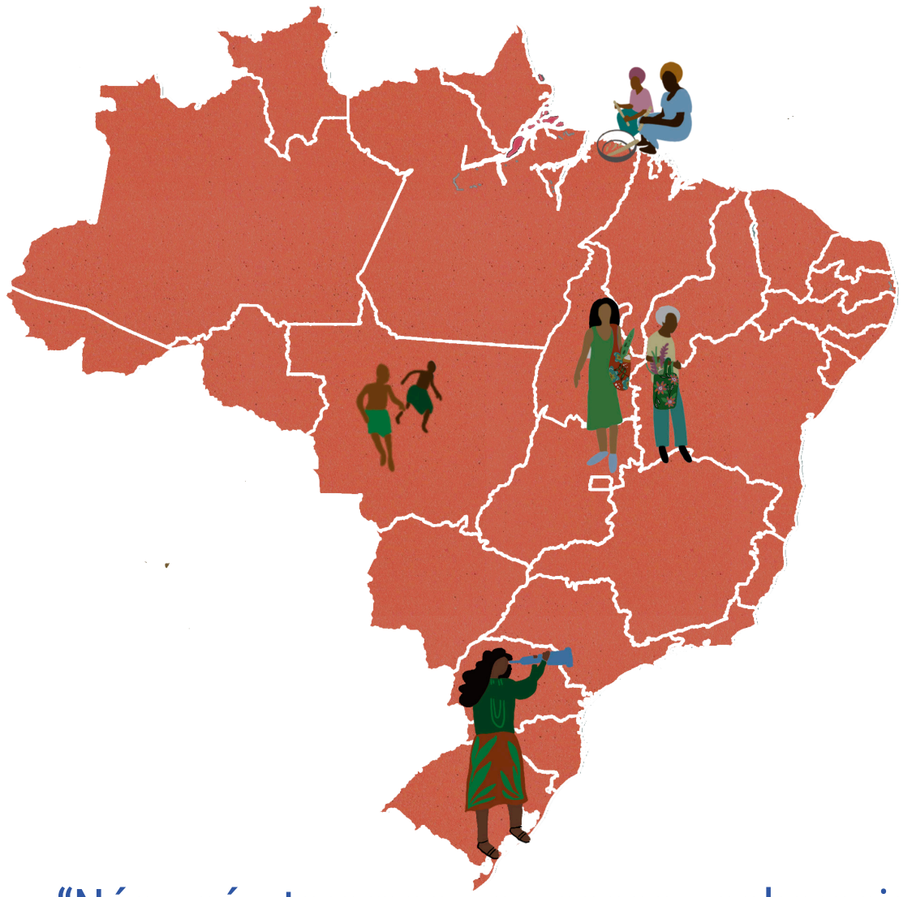
Unidade tradicional territorial e o corpo-território

"Território não é apartado da noção de corpo. Não podemos estar apartados do que nos trouxe até aqui.
Qual nosso legado ancestral? O que nos trouxe até aqui?"

Um lugar de segurança, de aconchego, de afeto, de histórias, de familiaridade, de memórias recentes e mais longínquas. Sempre ao falar da casa, do espaço sagrado, da terra, da roça, do inzo, do ilê fala-se de algo que, de alguma forma, também pertence por inteiro aos povos tradicionais de matriz africana. Vale aqui relembrar que as unidades territoriais tradicionais somente sobrevivem através de um processo matriarcal e patriarcal que traz para dentro uma visão de mundo diferenciada e que a sociedade eurocêntrica não consegue dialogar. Tantas autoridades tradicionais são corpos-territórios ocupando espaços e presenças, com direitos adquiridos pela natureza, com conhecimentos sagrados advindos de uma sabedoria profunda e com direito a plantar e a colher o alimento que também faz com que o chão que pisa se alimente.

O conceito ocidental de religião - que do latim deriva da palavra religare - não atende à complexidade e profundidade da matriz civilizatória dos povos africanos em diáspora. Por isso, compreender a territorialidade como uma maneira de viver é um passo fundamental para combater os resquícios coloniais que ainda hoje, delimitam de forma equivocada os povos tradicionais de matriz africana. Pensar que todo esse processo escravagista tirou as oportunidades em um processo

desigual, de uma formação de uma sociedade não igualitária com bens para alguns, terras para alguns e escravizou quem conhece e planta essa terra.



"Nós só teremos a nossa soberania quando tivermos o nosso território, aquele território que o meu corpo exige: o Sol, a terra, a chuva, a água, a raiz, a folha, o fruto, a mata..."

E o direito ao território?

"Ninguém está aqui disputando um recurso em que você simplesmente muda de lugar e está tudo bem. "Eu tenho uma terra aqui", aí alguém pode te tirar daquele território e te colocar em um outro porque como recurso é facilmente substituível, o que não é do mesmo jeito se a gente entende uma relação com o lugar que é parte da experiência de ser e de existir"

Se o território é sagrado, é vida, memória, presente, futuro e tantas outras coisas, como pensar a luta em defesa do reconhecimento desses territórios tradicionais para os povos tradicionais de matriz africana, uma vez que ele se configura também como um corpo coletivo e como um direito existencial? Dentre os debates conceituais sobre território, cabe ressaltar a perspectiva que coloca a importância de abordar o direito ao território não como meramente material, mas como um direito existencial.

Definir o que é, reconhecer, e salvaguardar o território faz parte daquilo que compreende-se como noção de povo e essa concepção é inseparável: a luta pelo direito à terra para os povos tradicionais de matriz africana é, portanto, uma agenda primordial porque nela está também a luta para que possam existir em plenitude, pois não há sagrado sem a ligação com o espaço. As memórias ancestrais, as lutas políticas travadas para sobreviver aos anos de escravização e de genocídio passam pela questão do tempo e, principalmente do espaço. Não há memória sem espaço. Não há conflito que não passe pelo espaço. Não há projeto

de futuro que não passe pelo espaço e portanto, pelo direito ao território.
Não há projeto de sociedade futura que não passe pelo espaço!

“Terra
Terra latifúndio
Mapa da fome
Comida, pura alienação
Falta alimentação, cozida ou assada é intoxicada.
Alimentação é nossa tradição
Na caçada, Oke Arô!
Subversão, é agora a nossa plantação
Mojubá orixá oko
Sem chicote, sem chibata e sem mordaça
Agora é a nossa vez!
Orina terra, atotô ajibiru
Terra, planeta terra,
Orun Aiyê
Terra indígena, nosso território
Terra quilombola, nossa territorialidade
Ônilé, a mãe terra, das terras, da nossa terra tradicional
A terra é nossa
As Áfricas, mãe África
Do Brasil, o pró cerrado
Para Moçambique, o pró savana
O corredor de Nacala
O agronegócio e a monocultura
E a nossa cultura?
Essa não é uma negociação.
Voltaram a África para uma neocolonização,
Precisamos cooperar para este mal superar.
Somos bantu, jejê e ioruba.
Somos a umbanda, o batuque, a congada, a jurema e o catimbó.
Somos das Áfricas, estamos no Brasil.
Estamos no tempo presente, no espaço, na história e na memória.
Somos Dandara, Benguela e Filipa.
Somos Zinzinga, Zumbi e Gangazumba.
Somos Ianasô, Akotirene, Custódio e Maria Neném.
Somos kilombos com K!
Resistimos!
É chegada a hora de revolucionar!
Agô!
Somos os povos tradicionais de matriz africana no Brasil!
Axé!

(Poema declamado por Pai Ogum Fazlon durante a realização do Seminário)

Diagnóstico Participativo em Sistemas Alimentares de Potmas

Projeto Saúde coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional

"A NOSSA MAIOR POTÊNCIA ESTÁ EM OLHAR PARA NÓS MESMOS. O OLHAR DAS AYABÁS PARA O ESPELHO É COMO UM RECONHECIMENTO DA NOSSA PRÓPRIA NATUREZA"

"A GENTE PODE SER MAR DE MENINO, MAS TAMBÉM PODEMOS SER MAR REVOLTO. PARA GERAR TRANSFORMAÇÃO PRECISAMOS ADMITIR ESSAS REAIS POTÊNCIAS"

"NÓS TEMOS QUE ASSUMIR O NOSSO LUGAR E NOS COLOCAR COMO PORTA VOZES DO NOSSO POVO, PORQUE SE A GENTE NÃO ASSUMIR VIRÃO OUTROS E VÃO FALAR POR NÓS"

"EU PESQUISO COM OS MEUS E PELOS MEUS. NOSSO PROJETO É DE SOBERANIA E SALVA GUARDA DOS NOSSOS SABERES"

"EM QUE MEDIDA NOSSAS AÇÕES RESISTEM AO PROCESSO COLONIAL E RESPONDEM AO LEGADO ANCESTRAL?"

"POR QUE PENSAR A CATEGORIA TERRITORIEDADE E SISTEMAS ALIMENTARES PARA PENSAR POVO?
TODO ALIMENTO PRECISA DE PRATO E NÓS RECONHECEMOS ESSE PRATO COMO TERRITÓRIO. ESSE PRATO PODE SER ÁGUA, PODE SER FOLHA. NÃO EXISTE PENSAR SISTEMAS ALIMENTARES SEM PENSAR TERRITORIEDADE. SÃO CONCEITOS UNIFICADOS QUE CONSTROEM O QUE PENSAMOS DE POVO."

3 SISTEMAS ALIMENTARES

NOSSO *OKÚTA*

“O Okutá come também. Ele bebe também. Ele se nutre também. Nós temos uma ideia muito ampliada do que significa se alimentar e do que significa mobilizar esforços para se manter vivo ou se manter na existência. Por isso, o chão come. Por isso, o tambor come. Por isso, o Okutá come. Por isso, tudo come. Porque tudo tem vida e tudo de alguma maneira está numa relação de sociabilização”.

O que é comer para os povos de matriz africana

Comer é reza, ritual, reconexão, ação. Comer envolve plantar, envolve criar e envolve estabelecer uma relação com o território em que se come. Comer é partilha, é troca de energia entre as pessoas, é ancestralidade. Comer é também resistência, é guardar segredos sagrados e receitas que se ressignificam também em cada pedaço de chão. Envolve a erva, os grãos, os animais, as colheitas, a água, as chuvas e todos os ciclos da natureza que devolvem a comida para a terra que também come.

Para os povos tradicionais de matriz africana, a alimentação é a mobilização de esforços naturais, físicos e ancestrais para garantir a vida coletiva e individual. Garantir a soberania sobre sua alimentação significa vida! Todo território que busca soberania alimentar, tem um sistema alimentar próprio. Quando se trata de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis é preciso considerar que, para povos de matriz africana, tudo come: o corpo, a natureza, o alimento e o território. Ademais, não existe sistemas alimentares sem a terra.

Sistemas alimentares coletivos e conexões

A tomada de consciência, as ações políticas e a decisão sobre o que vai alimentar o *corpo-território* e também ao corpo-sagrado passam por um viés coletivo de se colocar contra a comida ultraprocessada que é fruto da exploração dos povos. Também significa lutar contra o veneno do agronegócio que contamina o alimento sagrado em busca de consolidar estratégias de resistência da matriz civilizatória africana para que possa continuar existindo no combate da colonização alimentar.

Percebeu-se durante os debates do Seminário, que os sistemas alimentares para os povos tradicionais de matriz africana são compostos por uma série de conexões simbólicas, culturais e alimentares, do próprio ato de comer, do comer junto. E esses sistemas passam por outras dimensões, que não apenas o manejo de produção, mas o manejo produtivo do agroecossistema, as relações com os territórios, as relações sociais e sagradas.

Outra informação fundamental que dialoga com a importância das conexões estabelecidas junto com cada pedaço de terra e com as diversas formas de vida que pulsam de cada território foi dita no encontro: *"Ninguém trouxe folha em navio negreiro, ninguém trouxe comida em navio negreiro, a gente teve que reaprender a comer aqui"*, o que levou a seguinte reflexão: esse modo de reaprender a comer se deu por meio das alianças e redes construídas com e junto aos povos indígenas que habitavam o território de *Pindorama.*

O modo de troca e partilha dos sistemas alimentares dos povos de matriz africana que se estabeleceu no contexto da diáspora, modificou, uma parte dos elementos dos sistemas alimentares, embora os sistemas alimentares mesmo não tenham sido necessariamente modificados e sim seus conteúdos. Como, por exemplo, *"um certo tipo de vegetal que foi substituído por outro, sem que se modificasse a lógica e, sempre se utilizando da ciência ancestral do conhecimento da terra. Foi preciso aprender a utilizar as folhas do lugar, até que chegassem as folhas vindas do continente africano".*

"As dimensões culturais vêm se perdendo ao longo dos anos porque elas estão fundamentadas, arraigadas, em um sistema que nos coloca em condições desiguais de acesso."

A resistência e a ressignificação dos sistemas alimentares tanto para os povos tradicionais de matriz africana quanto para as demais povos e comunidades tradicionais, povos originários, povos do campo, das águas e das florestas e outros atravessam influências do sistema hegemônico e do capitalismo, aliado às políticas neoliberais que impõem acesso a alimentos ultraprocessados como forma única de se alimentar. Além disso, esse mesmo contexto negligencia direitos básicos à terra e as políticas públicas que produzem de fato soberania e segurança alimentar para tais populações.

Conflitos epistemológicos - ameaças e desafios

O debate sobre o comer de forma tradicional, dentro das especificidades de cada povo precisa ser cada vez mais fomentando a partir do debate nas escolas que envolvam as práticas alimentares tradicionais, junto com as formas de produção e consumo. E, ainda com um contexto hegemônico de condições desiguais de oportunidades, com a falta da democratização do acesso à terra, são os sistemas alimentares de territórios tradicionais, de povos originários que resistem. E, é por meio de uma construção coletiva feita, permeada das interfaces de campos de luta como tem sido construída nessa cooperação entre a Fiocruz e o FONSANPOTMA que essa resistência também se potencializa.

Comer é um ato político e para os povos tradicionais de Matriz Africana, também como ato político, comer é também reverenciar a ancestralidade e lutar pela própria existência dentro desse contexto de país colonizado e, são as pequenas escolhas e o olhar para aquilo que se consome no cotidiano que influenciam para que as grandes mudanças aconteçam. E, para além de olhar para o próprio *ajeun*, questionar e reivindicar as imposições alimentares, em busca de fortalecer a cultura alimentar ancestral que cada povo traz em seu modo de vida.

Neste sentido, aborda-se que o núcleo da filosofia do pensar africano é a alimentação. Alimentar é a representação da troca: *"Quando eu recebo, devolvo alimentando, ou quando espero, alimento primeiro ou quando agradeço, alimento. Para esse processo, é dado o nome de alimento biomítico"*, uma vez que, a alimentação tradicional de matriz africana inclui produzir, comercializar, beneficiar e consumir de forma ritualística e doméstica. Daí o que se tem é um alimento sacralizado que é capaz de dar equilíbrio biológico, mítico, mental e social, ou seja, dá saúde.

Como é determinado ou quais são os fatores que determinam as escolhas sobre o comer?

A questão da renda, da democratização do acesso, é fundamental para pensar isso. A luta pela alimentação que respeite a tradição passa pelo aspecto de que é preciso incentivar as práticas mais harmoniosas e respeitosas de produzir e de comer. A agroecologia, por exemplo, passou a ser considerada uma resposta viável e contra hegemônica para regular produção, consumo, relação com o ambiente e que ao mesmo tempo como um conceito que surge pautado nos conhecimentos tradicionais milenares. Um alimento agroecológico é aquele que possui uma relação justa com a terra, com quem planta, come e integra um ciclo maior dessa cadeia produtiva, ou seja, é sobre entender e reconhecer que se trata de uma epistemologia já praticada também pelos povos tradicionais de matriz africana assim como por outros tantos povos e comunidades tradicionais.

"Quais são as escolhas que eu tenho? O que a gente tem de comum que a natureza nos concede generosamente e se a gente de fato potencializar nesse território essa produção e esse consumo?"

Quem tem fome hoje?

“Somos aldeia que estamos aqui para nos encontrar para buscar essa chuva e esses elementos - carregando esse obi, é esse ventre coletivo que constroem e acreditam que podem estar nascendo seres que estamos plantando a cada dia, que é a árvore que vai trazer a chuva e que vai trazer a nossa soberania alimentar”

Falar sobre comer no Brasil, no ano de 2022, é esbarrar em uma estatística muito preocupante: quase 20 milhões de brasileiras e brasileiros voltaram a viver com fome, ou seja, estão com sua segurança alimentar e nutricional prejudicadas e/ou impedidas. Isso se deu nos últimos anos, sobretudo por conta do esvaziamento de políticas públicas em diversas áreas, na agricultura familiar e nas políticas de combate à pobreza e à fome, como o Bolsa Família. Cenário ainda mais agravado pelo contexto das severidades impostas pelos impactos das contaminações provocadas pelo coronavírus, o COVID-19, ou, melhor definindo, o contexto de Pandemia.

E quem são as pessoas com fome? Qual a situação que elas enfrentam? Quando pensamos em políticas públicas e construções coletivas, trata-se também de construir ferramentas de combate à fome do povo tradicional de matriz africana que é diretamente impactado pelo momento crítico em que se alimentar está cada vez mais difícil.

O alimento que depende da terra poderia chegar, se o território estivesse garantido para os povos tradicionais de matriz africana e povos indígenas e tantos outros povos. E, sabemos que, para fazer a luta, e construir os sonhos de futuro é preciso comer, se alimentar, tanto o alimento que vem da terra quanto as outras dimensões que alimentam e permitem que haja continuidade para as tradições dos povos. Na atual conjuntura que o Brasil atravessa, o povo tem sido submetido tanto à fome, quanto ao desemprego, as mortes e as dores físicas e emocionais que atravessam o momento pandêmico e exigem ainda mais para se sobreviver no hoje e pensar no amanhã.

Durante o decorrer do seminário, foi reiterado que a pandemia, a COVID-19 leva e levou a vida de milhares pessoas. Ademais foi reflexão dos(as) participantes que vínhamos em um processo de aprofundamento da fome e do racismo na última década e que esse processo radicaliza a violência gerada por todo um sistema que exclui e aniquila muita gente que tem raça, cor, gênero e classe social.

Pode-se dizer que, mais uma vez, o ensinamento sobre enfrentar e combater a fome e o racismo vem de dentro das unidades territoriais tradicionais, das comunidades, das favelas, das articulações de base comunitária, assim como, historicamente, da organização das mulheres, das mulheres negras e das mulheres indígenas. As sementes que deram continuidade à alimentação tradicional, os saberes que curam as doenças e as rezas que curam o banzo. Tudo isso, ainda hoje segue sendo resistência dentro de territórios.

Se não apaga cicatrizes
As lembranças
O que se faz?
Esquecer minha as crises
E mostrar do que sou capaz
Afunda num mar
Até se apaga
Eu vou sair daqui
E ter o meu lugar
Então Faz
Silêncio para eu gritar
E o mundo inteiro ouvir
O desejo que esta em noz
Tem que sair
De comer
De beber
De vestir
E ter um bom lugar
Pra dormir
Estudar
Viajar
Namorar
E ser feliz!

Interpretada por Karen Alves e composição de Samucafbx

A Construção Sensível e Co-labor-ativa do Documentário

Projeto Saúde coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional

"OS SISTEMAS SIMBÓLICOS TÊM SIDO AMEAÇADOS, DESESTRUTURADOS E DESARTICULADOS MAS VAMOS FAZENDO ESSE TRABALHO DE RECONEXÃO. ENTÃO FICO PENSANDO COMO O DOC PODE COLABORAR COM ESSA ARTICULAÇÃO"

"É IMPORTANTE QUE O DOCUMENTÁRIO TRADUZA ESSAS PERCEPÇÕES EM IMAGENS SIMBÓLICAS, CONCEITO DE CORPO, DE ALIMENTO, DE SAGRADO E O IMPACTO DISSO NA VIDA DOS POTMA"

"É MUITO RICO ENTENDER QUE APESAR DE TODO ESSE DEBATE QUE PODERIA NOS LEVAR A UM PENSAMENTO MUITO TRISTE, PELO CONTRÁRIO NÓS ESTAMOS CHEGANDO NUMA PERCEPÇÃO MUITO OTIMISTA DE COMO O NOSSO POVO TEM CONSEGUIDO MANTER SUAS TRADIÇÕES, APESAR DE TODOS OS DESAFIOS"

"A BELEZA DO SACO DE VUNGE É QUE FOI FEITO A VÁRIAS MÃOS, DE VÁRIOS LUGARES. O EXERCÍCIO DESSA COOPERAÇÃO QUE É A BASE DO CANDOMBLÉ. ISSO É DE UMA BELEZA INCRÍVEL. ESSA É A BASE FUNDAMENTAL DE NOSSA VIVÊNCIA COLETIVA DENTRO DOS NOSSOS ESPAÇOS TRADICIONAIS"

"QUANDO VOCÊ RECEBE AQUELA SACOLA VOCÊ SE REMETE AO MERCADO. ONDE VENDE TODOS OS ACESSÓRIOS DOS POVOS DE MATRIZ AFRICANA. CADA ELEMENTO QUE ESTAVA DENTRO DA SACOLA DE VUNGE FAZ PARTE DA NOSSA TRADIÇÃO, CADA ELEMENTO DIZ UM POUQUINHO DO QUE A GENTE PODE TRAZER"

"PODE SE DIZER QUE É O NÚCLEO DA FILOSOFIA DO PENSAR AFRICANO É A ALIMENTAÇÃO. ALIMENTAR É A REPRESENTAÇÃO DA TROCA, QUANDO EU RECEBO DEVOLVO ALIMENTANDO, OU QUANDO ESPERO, ALIMENTO PRIMEIRO, OU QUANDO AGRADEÇO ALIMENTO. ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL DE MATRIZ AFRICANA INCLUI PRODUZIR, COMERCIALIZAR, BENEFICIAR E CONSUMIR DE FORMA RITUALÍSTICA E DOMÉSTICA. DAÍ EU TENHO UM ALIMENTO SACRALIZADO QUE É CAPAZ DE ME DAR EQUILÍBRIO BIOLÓGICO, MÍTICO, MENTAL, SOCIAL, OU SEJA, DA SAÚDE."

KOTA MULANJI

4 POVOS TRADICIONAIS

DE MATRIZ AFRICANA E OS DESAFIOS DA SAÚDE COLETIVA

Soberania e segurança alimentar:

O significado de segurança alimentar e nutricional, de acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional do Brasil (Lei n. 11.346//2006), é o mesmo que ter acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem que haja o comprometimento do acesso a outras necessidades essenciais. Tudo isso, tendo como argumento, a manutenção de práticas alimentares que ao mesmo tempo sejam promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Portanto, para o alcance da soberania alimentar pelas populações indígenas, dos povos tradicionais de matriz africana e outros povos e comunidades tradicionais, deve-se ir muito além da distribuição de alimentos. Para avançar nesse objetivo, é preciso reestruturar e criar políticas públicas que correspondam às necessidades de saúde, educação e, sobretudo, à garantia do território e das territorialidades desses povos no Brasil. A expansão das cercas que hoje delimitam a reprodução cosmológica da mulher, do homem e da criança de matriz africana ao espaço do que denominamos terreiro, é o que possibilitará a ampla execução de práticas alimentares promotoras de saúde, sustentável e culturalmente adequadas.

“A escravidão e a colonização em África fez com que povos originários e os tradicionais de matriz africana, para manter esta tradição, para manter sua vida, fossem adaptando rituais que tornaram-se eventos para o beneficiamento e o consumo da alimentação mas estrategicamente nos afastaram da produção e da comercialização do alimento. Então hoje o alimento se configura numa das maiores desterritorializações da tradição de matriz africana na diáspora forçada, mas por isto também uma das lutas comuns deste povo e contra estes povos. A marginalização desta forma de alimentar está ligada diretamente ao interesse da preservação da terra, da produção do alimento em agronegócios, envenenados e a serviço do capital.”

À medida que há um esvaziamento do sentido de território e das políticas públicas que possam garanti-lo, para os povos de matriz africana, a soberania alimentar é diretamente impactada porque para que ela exista o território precisa existir. A cultura ocidental impôs aos povos tradicionais o conceito de religião fez uma redução de complexidades para uma tradição que é ampla e universal, que não vive somente uma prática religiosa e sim uma cultura, um modo de vida, uma cosmovisão. E essa maneira de existir, comer, rezar, trocar, e dar continuidade aos saberes precisa ser contemplada no que se refere às discussões sobre soberania alimentar, que é também a soberania de viver.

Saúde e os povos tradicionais de matriz africana

A saúde integral existe na coletividade, por meio do território, da alimentação, em relação com as pessoas, com a natureza, com a comida, com o sagrado. Essa perspectiva precisa ser consideradas nas elaborações e concepções de políticas públicas de atenção e saúde, para que sejam atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como um direito para os povos tradicionais de matriz africana. Desta maneira, fala-se de incidência em política pública que contemple as dimensões culturais e existenciais do que significa ter saúde para povos tradicionais de matriz africana: saúde alimentar, saúde mental, saúde espiritual, saúde física – saúde integral!

Dentro das unidades territoriais tradicionais, cuidar da saúde é cumprir um legado ancestral que comporta uma série de conhecimentos para promoção da vida. O cuidado passa por várias áreas como o ambiente, o autocuidado, os banhos de ervas, as defumações, a alimentação, a dança e todos os demais momentos que envolvem a tradição da matriz africana. Promover o equilíbrio (*saúde para a tradição de matriz africana*) é também, sempre um exercício coletivo de saúde e de continuidade de existir enquanto o próprio modo de vida.

Os conhecimentos tradicionais de matriz africana com relação à saúde são trabalhados de forma integral, e, resistem há séculos, se deparando com a imposição de práticas culturais hegemônicas da medicina ocidental, com o racismo e com a intolerância. A cultura dos povos tradicionais de matriz africana possui uma forma própria de compreensão tanto da causa das doenças, bem como das diversas possibilidades de lidar com elas. Assim, como as várias dimensões contempladas no processo de cura e restabelecimento da saúde que devem estar sempre em equilíbrio dinâmico no ser individual, coletivo, na unidade territorial tradiconal e na ancestralidade (*"o biomítico"*). Sendo, portanto, uma perspectiva sistêmica e integral de saúde que abarca de uma só vez a natureza, o corpo, o território, o tempo e a ancestralidade.

Há uma reza do povo ioruba dedicada ao orixá Ossain que diz: *"Kòsí omi, kòsi ewé, kòsí òrìsà"* que significa: sem água e sem folha, não há orixá. Essa pequena reza entoada para a divindade guardiã das folhas sagradas apresenta uma síntese do que representa a saúde para os povos tradicionais de matriz africana. Compreender a saúde e os conhecimentos ancestrais que são praticados por meio da interface da saúde coletiva, permite compreender a relevância de criar projetos que conectem instituições de pesquisa em saúde e povos tradicionais que atuam nessa luta como um enfrentamento do legado colonial. E essa saúde só pode existir em plenitude quando há território, alimento, dignidade, folhas, encontro, ou seja, axé. Além disso, o cuidado, noções de acolhimento universal, singularidade e integralidade da pessoa, bem como respeito à diversidade dos modos de ser e existir. Os saberes e as experiências dos território tradicionais podem ser considerados como modos de cuidar da saúde das populações afro-brasileira e brasileira como um todo ocupados com a produção de vida e na integralidade de aspectos que compõem a existência e não centralizados apenas na dimensão biológica, na doença e em prescrições generalizantes.

Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil

Projeto Saúde coletiva e povos tradicionais de matriz africana para a promoção de soberania e segurança alimentar e nutricional

"A IDEIA DE TERRITÓRIO É REPOSICIONADA PELOS POTMAS, NÃO PELA POSSE MAS PELO PERTENCIMENTO, PELA NOÇÃO DE TERRITÓRIO COMO CORPO COLETIVO E COMO DIREITO EXISTENCIAL. O TERRITÓRIO TEM UM SENTIDO VINCULANTE, ELE VINCULA UM CONJUNTO DE EXPERIÊNCIAS E IDEIAS. VIDA, TERRITÓRIO, LUGAR E MUNDO NO IORUBÁ SÃO A MESMA COISA, O AYÊ"

"AO MESMO TEMPO QUE RETOMAR OS TERRITÓRIOS DE PRODUÇÃO DE ALIMENTO, TRANSFORMAR A CIDADE, FORTALECER OS CIRCUITOS DE TROCA E CRIAR NOVOS"

"UM DOS RISCOS MAIS IMPORTANTES QUE OS POTMAS SOFREM HOJE É O RISCO DE UMA IMPOSIÇÃO ALIMENTAR"

"TERRITÓRIO E SISTEMAS ALIMENTARES:
1.HISTÓRIA, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE
2. PODER, ORGANIZAÇÃO E COMUNIDADE
3. EXISTÊNCIA, VIDA E RESISTÊNCIA"

"SOBERANIA ALIMENTAR NÃO É SÓ A LUTA PELA REXISTÊNCIA MAS TAMBÉM UMA QUESTÃO DE SENTIDO DE EXISTÊNCIA. A REARTICULAÇÃO DO TERRITÓRIO DE MATRIZ AFRICANA COMO UMA DIMENSÃO DE CRIAÇÃO DE SENTIDO QUE SEJA AMPLAMENTE ARTICULADA, ONDE TUDO SEJA VINCULADO"

"O OCUTÁ É BANHADO NAS FOLHAS, É REZADO E ELE COME E BEBE. ESSE É UM SISTEMA MUITO AMPLIADO DE ALIMENTO. TUDO COME DE ALGUMA FORMA"

"PENSAR EM PROCESSOS TRADUTIVOS E NÃO EM UMA LÍNGUA COMUM. NÓS NÃO PRECISAMOS DE UMA HOMEGENEIZAÇÃO PARA NOS ENTENDER. OS PROCESSOS TRADUTIVOS SÃO SEMPRE PARCIAIS, NÃO SE FECHAM, NÃO SE CHEGA NUMA IGUALDADE COMO NUM PROCESSO COLONIAL E SIM NUM ENCONTRO, QUE PROMOVE UM ACONTECIMENTO, UMA PRODUÇÃO VITAL. É NA DIFERENÇA QUE A POTÊNCIA DE UMA CASA SE FAZ. SE FOSSE POR EXEMPLO TODOS FILHOS DO MESMO ORIXÁ, COMO SERIA? NÃO FAZ SENTIDO PRA ESSA CONCEPÇÃO DE MUNDO, PORQUE É JUSTAMENTE NESSA MULTIPLICIDADE DE FORÇAS, DE ELEMENTOS QUE A COISA SE TORNA FORTE E POTENTE"

“Nós precisamos saber qual é o nosso legado ancestral, qual é o conceito de natureza que compreendemos, nós somos parte dela, ou somos entregue ao processo de colonização. Essa noção de alimento é um alimento “biomítico” e sobretudo nosso direito de alimentar a terra, a pedra e o nosso corpo ancestral. Trata-se de uma alimentação que transcende o nosso estômago e esse projeto precisa transcender a noção de alimento que a academia trouxe por muito tempo”.

Reflexões iniciais: a interface entre saúde e os povos tradicionais de matriz africana

A produção de resultados e análises sobre o processo que envolve uma parceria como esta, é uma experiência que leva em consideração a luta dos povos tradicionais de matriz africana já consolidada no Brasil. E pensar redes e articulações como nesse projeto diz muito também sobre como se constrói a luta antirracista e a promoção da saúde no nosso país.

Pode se dizer também, que, ao estabelecer uma cooperação com uma instituição de saúde pública, por meio de um projeto que trabalha sistemas alimentares, saúde coletiva e soberania e segurança alimentar, trata-se de uma possibilidade que reivindica espaço para a construção de políticas públicas para estes povos. Um povo tradicional é entendido como determinado grupo que possui um modo de vida, uma língua própria, uma forma de pensar, de se alimentar e de ver o mundo. É assim que o povo tradicional de matriz africana e toda a diversidade que envolve as diferentes matrizes precisa ser compreendido. Esse processo de reconhecimento, de construção de conhecimento coletivo é o que possibilita perspectiva de futuro!

Desta maneira, observa-se que todo o processo de cuidado em saúde que envolvem as tradições de matriz africana no Brasil muito têm a compartilhar e ensinar. As abordagens de acolhimento e cuidado destes povos em suas comunidades e territórios muito podem propor no aperfeiçoamento as políticas de atenção básica, observando não apenas a especificidade dos povos, mas as relações entre pessoas na sociedade brasileira.

“Esse processo de contra-colonização precisa começar a partir do momento em que, assim como nossas mães, Dandalunda, Kaiala, Oxum, Iemanjá, se dá em frente ao espelho. Quando vejo essas senhoras dançando de frente ao espelho, não vejo nenhum tipo de vaidade, eu vejo a mensagem de que está no olhar a si mesmo a nossa maior potência, não de uma forma romântica e positiva, mas de reconhecer do que somos capazes de fazer tanto para um lado que poderíamos chamar de positivo quanto de negativo. Trata-se de um lugar de reconhecimento da própria natureza, de saber que podemos ser água de menino como se diz na Bahia e também tsunami e mar revolto para sermos capazes de gerar reais transformações.”

A árvore da chuva

Era uma vez uma aldeia, situada num terreno árido no meio do deserto. O sol tinha secado os seus campos e a areia invadira por completo os caminhos, as casas e as bocas dos aldeões. Apesar do calor sufocante, os homens tentavam lavrar os campos, retirando água de um poço... cada vez mais vazio. Mas parecia que a terra não tinha mais para dar e se mantinha surda às súplicas dos habitantes da região...

Num pátio próximo das cubatas feitas de adobe, as mulheres teciam tapetes com fibras da bananeira e do sisal para vender no mercado da cidade vizinha. Partiam cedo de manhã, a pé, e um burro carregava a mercadoria. Chegavam lá apenas ao meio dia, exaustas da longa caminhada sob o sol. Quando regressavam à aldeia era já noite, e tanto homens como crianças há muito que dormiam, exaustos.

Os pés estavam rachados de percorrer tantos quilômetros, mas os sacos de milho vermelho e os porrões de água que tinham trazido consigo, comprados com o dinheiro do seu trabalho, era a certeza de dias melhores.

As crianças, Kindende, Omodé, frequentavam a escola todas as manhãs, embora tivessem dificuldade de aprender com o estômago vazio, brincadeira! Sempre carregavam na sacola um pedaço de Obi para dar força ao Ori, como explicaram os mais velhos.

Todos os dias os aldeões ficavam atentos ao céu, na esperança de que uma nuvem anunciasse chuva. E todos os dias o poço secava cada vez mais e as colheitas de grãos diminuíam, o que aumentava o medo do que traria o dia seguinte.

Certa manhã, na pequena praça de terra vermelha, situada entre a árvore dos debates (naquele território, as questões sempre eram resolvidas no coletivo) e a cubata do chefe, um grão que ninguém tinha plantado começou a germinar. Era um rebentozinho verde e tenro, redondinho como um bebé bem alimentado. Foi Kodjo o primeiro a vê-lo. O menino Kindende ia a caminho da escola quando avistou a pontinha verde a emergir da terra. Orgulhosa e altaneira, parecia buscar a luz do sol. Kodjo parou, observou e saiu correndo e gritando para alertar a aldeia inteira.

Rapidamente, todos os homens, mulheres e crianças se agruparam

em torno da planta.

— É uma bananeira — disse um homem.

— É um coqueiro — disse outro.

— É uma tamareira — disse um terceiro.

— É um embondeiro – mais alguém.

— Seja lá o que for — disse o chefe — Esta planta vai nos dar comida e água, se tomarmos conta dela da maneira certa, com dedicação. O Kodjo fica responsável pelo seu cuidado. Os outros vão buscar a água que nos resta.

Quando trouxeram a água, o jovem, orgulhoso, deitou as primeiras gotas na terra seca. No dia seguinte, o rebento tomara a forma de uma pequena planta que ondulava com o vento, indiferente ao sopro quente do sol. Kodjo sussurrou-lhe algumas palavras de encorajamento enquanto voltava a regar o pé do seu pequenino tronco com o líquido mais que precioso.

Alguns dias mais tarde, a planta assemelhava-se já a uma árvore do tamanho de uma pequena girafa. Parecia um verdadeiro milagre no meio do deserto, com as ramagens verdes e tenras procurando-a no céu. Os aldeões dançaram e cantaram para agradecer aos antepassados. Abraçavam o tronco da árvore e depositavam oferendas aos seus pés: padé com óleo de dendê, acaçá enrolado na folha da bananeira, feijão preto com camarão, feijão fradinho com ovo de codorna e pedras raras e benguê.

Ao fim de algumas semanas, a árvore estava mais alta do que as cubatas e era tão larga como um elefante. Os aldeões gostavam de repousar à sua sombra, nas horas em que o sol estava mais alto. As crianças aprendiam mais facilmente junto dela e as mulheres teciam panos e cantavam, como se a chuva não fosse demorar.

Mas um dia, ao cair da tarde, algo de muito estranho aconteceu. Tão estranho que ainda hoje os livros o relatam. O Tateto Muilo acabava de desaparecer por detrás das dunas de areia e a árvore balançava docemente com o sopro morno do vento. De repente, começou a escorrer o que parecia ser água. Dos ramos e das folhas começaram a chover gotas

grossas que, estranhamente, se assemelhavam à água.

Bastante desconfiados, os aldeões aproximaram-se dela e recolheram algumas gotas com as mãos em concha. O chefe da aldeia colocou o líquido na boca, franziu as sobrancelhas grossas e escuras, remexeu a língua, passou-a pelos lábios e declarou:

— É água!

Toda a aldeia se reuniu em torno da árvore, batizada então com o nome de "árvore da chuva". A água corria pelos rostos das pessoas e fazia brotar sorrisos dos lábios. Entrava nas bocas desejosas de a receber e umedecia as línguas secas. Ao deslizar pelos braços e pelas pernas, limpava a poeira dos caminhos há muito acumulada.

A fim de honrar a árvore da chuva, os aldeões fizeram uma grande festa. Tinha canjica com fartura, suco de diversas frutas e cocada da branca e queimadinha, manjar, arroz doce. Kodjo não se lembrava de ter comido ou bebido tanto! Nessa noite, todos se deitaram de estômago cheio. A árvore deixou de escorrer água ao nascer do sol, mas ninguém se preocupou: mal a noite começasse a cair, de certeza que haveria de novo água. Ainda assim, encheram as quartinhas e quartinhões por precaução.

E assim foi. Os homens regressaram com afinco aos campos e as mulheres puseram-se de novo a preparar a terra e a semear. As crianças iam para a escola cantando e quase já sabiam ler. A aldeia tinha reencontrado a serenidade e a segurança de que não mais lhes faltaria o alimento.

"Aquele que não cultiva o seu campo, morrerá de fome".

Até ao dia em que um homem da aldeia vizinha os visitou. Acabava de anoitecer e a árvore distribuía a sua água tão generosamente como sempre. O homem, que estava cheio de sede, parou, observou e não acreditou no que via. No dia seguinte, trouxe dois potes e começou a enchê-los. Quando o viu, o chefe da aldeia ordenou-lhe que fosse embora.

— A nossa aldeia morre de sede e de fome — queixou-se o estranho. — O meu povo, têm a barriga vazia e as nossas mulheres só têm pele e osso. As mães não têm leite, os bebês choram de manhã à noite. Estamos

sem ânimo para continuar...

— Isso não me preocupa — disse o chefe, que era rancoroso.

— O seu povo tem a memória curta. Ainda há poucos meses, sua aldeia pilhou sem escrúpulos os restos das nossas colheitas e pouco se importavam que passássemos fome. Vá embora (vá simbora) e não volte a se aproximar da nossa árvore da chuva!

O homem rumou em direção a casa, com os potes vazios e a cabeça baixa.

No dia seguinte, Kodjo foi regar a árvore, que não tinha mais necessidade de água, mas todos os dias ele continuava cumprindo a sua função. Quando se aproximou da praça de terra vermelha, nem queria acreditar no que via: no lugar onde estava a árvore, via-se agora um buraco. A árvore da chuva tinha desaparecido! Kodjo correu a alertar o povo da aldeia, que se agrupou em torno do buraco. As mulheres desataram a soluçar e os homens lançaram gritos estridentes. No meio do desespero geral, o chefe exclamou:

— Roubaram a nossa árvore! A nossa vingança será terrível! Vamos reagir! Venham comigo! "O som que movimenta meu Okan é o coração da Terra"!

Toda aldeia pôs-se a caminho da aldeia vizinha dispostos a guerrear. Embora seja má conselheira, a cólera dá força e coragem e, assim, os aldeões caminharam tão rapidamente que em breve avistaram as cubatas da aldeia vizinha.

— Olhem! — ordenou o chefe, designando com a mão as casas dos inimigos.

— O galo já cantou e eles ainda dormem, mas não por muito mais tempo.

Os rostos espelhavam ódio e vingança e estavam dispostos a usar as facas afiadas que tinham trazido consigo. À medida que se aproximavam da aldeia, avistaram ao longe a árvore da chuva. Majestosa e altiva, erguia os ramos na direção do céu. Estava viçosa como na véspera.

— Como chegou ela aqui? — exclamou Kodjo. — Uma árvore não

caminha...

— Esperem por mim! — disse o chefe usando a autoridade de mais velho.

"É melhor ser amado que temido"

Os aldeões o viram caminhar em direção ao território vizinho. Quando regressou, vinha acompanhado pelo outro líder, que lhe explicava que só Nkisi, Orixá e Voduns conseguem fazer as árvores andar. Se tivessem sido os aldeões que a roubaram, nunca a teriam plantado a meio do caminho, mas sim em seu próprio território. As suas palavras sensatas aplacaram a cólera dos homens sedentos de vingança, com a bênção de Oxalá, de Lembarenganga e Lissá!

"Noção de território que não é pela posse, mas pelo pertencimento"

Quando a noite caiu, os habitantes das duas aldeias muniram-se dos potes, panelas bacias e caminharam até a árvore da chuva. "A zebra que chega cedo bebe da água limpa" Os olhares sombrios faziam adivinhar o ódio e via-se o cintilar das facas afiadas. Mas da árvore não escorreu água. As folhas, os ramos e o tronco continuaram tão secos como a terra. Desesperados, os habitantes das duas aldeias regressaram a casa sem trocar uma só palavra.

Passaram-se semanas, passaram-se meses, e a árvore continuou seca. Contudo, todos os dias, ao cair da tarde, os habitantes dos dois territórios se encontravam sempre junto dela, à espera de um milagre.

Certo dia, uma mulher deu à luz perto dela e as mulheres da aldeia vizinha trouxeram panos e água. Depois, cantaram canções de embalar e acolheram a criança como se fosse sua. Pouco a pouco, começaram a conhecer-se melhor uns aos outros, partilharam o ajeum, Ingdio e as crianças tornaram-se amigas, irmãs. As mulheres teciam tapetes em conjunto e iam vendê-los no mercado de Exú Bará. Partilhavam também a água e os grãos.

"Unidade é força, divisão é fraqueza"

Em breve as duas aldeias pareciam apenas uma. Todos os dias, ao cair da tarde, os aldeões cantavam e rezavam juntos, no mesmo território. Tornaram-se prósperos e nada mais lhes faltava. Sentados

debaixo da árvore, chegavam mesmo a esquecer que estavam à espera da nvula...

"Até porque, a noção de território não é pela posse, mas pelo pertencimento".

E foi então que, uma noite em que Muej (lua em Jêje e Yoruba) dançava no céu estrelado, quando já ninguém o esperava, a árvore voltou a escorrer água, como se houvesse nuvens no céu...

"Nunca esqueçam as liçoes aprendidas na dor"

Texto original de Agnès de Lestrade, L'arbre à pluie , Paris, Milan Jeunesse, 2009 adaptado pelo Coletivo Dya Kassembi.

GLOSSÁRIO

POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA - POTMA: "O conjunto dos povos africanos para cá trasladados, e às suas diversas variações e denominações originárias dos processos históricos diferenciados em cada parte do país, na relação com o meio ambiente e com os povos locais." (Silva Neto, 2016, p. 25)

VUNJI: "Vúngi s. m. Em terreiros bantos, cada uma das divindades que se situam no mesmo plano dos Ibejis nagôs.". "Vunje adj. 2 gên. (1) Muito sabido, atilado, esperto. // s. m. (2) Em determinados candomblés, espírito traquinas, brincalhão. De origem banta. Provavelmente do quimbundo. [...];" (Lopes, 2012, p. 255)

KOTA: "cota s. f. Cargo auxiliar feminino nos candomblés bantos (OC), correspondente à equéde dos candomblés nagôs (ENC). Do quimbundo kota, pessoa respeitável." (Lopes, 2012, p. 96)

IALORIXÁ: Ìyálòrìṣà, palavra de origem yorùbá (ioruba), s. f. Sacerdotisa. "a mãe que cuida dos orixás" (Napoleão, 2010, p. 125). Mãe-de-santo.

AIYÊ: Àiyé, palavra de origem yorùbá (ioruba), subst. "Mundo, existência, tempo de vida, tempo." (Fonseca Jr., 1988, p.31), "Aiyé, Globo terrestre. Mundo. Vida" (Napoleão, 2010, p. 39)

POVO BANTU: "Nome dado a um conjunto de aproximadamente 500 línguas comprovadamente aparentadas, como também aos povos que falam essas línguas. Os povos bantos vivem numa extensa área do continente africano que vai desde a República dos Camarões até à África do Sul. Dessa região da África sub-equatorial [...], entre esses, destacam-se os congos, angolas, cabindas, benguelas e tantos outros que tiveram papel saliente na criação da religião afro-brasileira, especialmente dos candomblés denominados angola e congo-angola. [...] foram, na maioria, levados às plantações em diferentes regiões, principalmente para os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais. Contudo, não se pode subestimar a significativa contribuição desses povos na construção de uma religiosidade afrobrasileira a partir da Bahia, especialmente com o deslocamento de sacerdotes para a região meridional a partir do século XX." (Braga apud Silva Neto, 2016, p. 28)

AJEUM: Palavra de origem yorùbá (ioruba), "*jẹun*, v. i. comer, alimentar." (Fonseca Jr., 1988, p. 226).

OKUTÁ: Palavra de origem yorùbá (ioruba), "okúta Pedra" (Napoleão, 2010, p.162).

AGÔ: Palavra de origem yorùbá (ioruba), àgò, subst. "[...] abram caminho, com licença" (Fonseca Jr., 1988, p. 19).

ORIXÁ: Palavra de origem yorùbá (ioruba), *òrìṣà*, "guardião da cabeça" (Fonseca Jr., 1988, p. 311) "divindade" (Napoleão, 2010, p. 167).

PRETO VELHO: "Entidade que representa velhos e velhas pretas. São velhos ex-escravizados (vovôs e vovós ou tios e tias) que andam curvados, algumas vezes apoiados em bengalas [...] teriam sido velhos feiticeiros ou velhos guerreiros. Sua imagem de cerâmica representa um velho ou velha preta com os cabelos brancos e roupas rústicas branca sempre fumando um cachimbo." (Velho, 1975, p. 167, grifo nosso).

INKISI: "inquice s.m. Divindade dos cultos de origem banta [...] Do quicongo nkisi, nkixi, entidade sobrenatural [...]" (Lopes, 2012, p. 136).

XEQUERÊ: Palavra de origem yorùbá (ioruba), *ṣẹ̀kẹ̀rẹ̀*, "subs. Tambor feito de cabaça presa com cordões enfeitados de búzios." (Fonseca Jr., 1988, p. 386).

Referências Bibliográficas:

BRAGA, Júlio Santana in SILVA NETO. José Pedro da. (Org.) Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: Caderno de Debates. Ministério da Justiça e da Cidadania, SEPPIR, PNUD/ONU. Brasília, DF, 2016. 54 p.

FIOCRUZ. 2022. Relatorio Final IX Congresso Interno.

FONSECA JR, Eduardo. Dicionário Yorubá (nagô) Português. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

LOPES, Nei. Novo Dicionário Banto do Brasil. Rio de Janeiro, Pallas, 2012.

NAPOLEÃO, Eduardo. Vocabulário yorùbá para entender a linguagem dos orixás. Rio de Janeiro, Pallas, 2010.

SILVA NETO. José Pedro da. (Org.) Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: Caderno de Debates. Ministério da Justiça e da Cidadania, SEPPIR, PNUD/ONU. Brasília, DF, 2016. 54 p.

SILVA NETO. José Pedro da. Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: visgo para combater o racismo. In Centro Sérgio Buarque de Holanda. No. 12, ano 13, maio 2019. p. 91-120.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

VELHO, Yvonne Maggie Alves. Guerra de orixá: um estudo de ritual e conflito. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

ISBN: 978-65-00-52668-4